



Anais da Assembléia

N.º 62

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 02 DE JUNHO DE 1981

ANO VI

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 57ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 2. DE JUNHO DE 1.981.

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado João Mansur, secretariada pelos Senhores Deputados Airton Cordeiro e Ezequias Losso.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: João Mansur, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, Deni Swartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, José Domingos, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Quielse Crisóstomo, Renato Loures Bueno, Rosário Pitelli, Tércio Albuquerque, Túlio Zanchet, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (42); achando-se ausentes os Senhores Deputados: Gilberto Carvalho, Nilso Sguarezi, Carlos Zanlorenzi, David Cheriegate, Del Ciel, Fidelcino Tolentino, Fuad Nacli, João Elísio, José Domingos Scarpelini, Pinto Dias, Renato Bernardi, Romero Filho, Tadeu Lúcio Machado, Trajano Bastos. (14); em licença os Senhores Deputados: José Tavares e Valduga.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

INDICAÇÃO:

INDICAÇÃO

Sr. Presidente.

A Liderança do PMDB vem até Vossa Excelência, para promover a indicação dos Deputados que representarão nossa bancada na CPI DO CONSUMIDOR, proposta pelo ilustre Parlamentar GABRIEL SAMPAIO.

Assim é que a indicação recai sobre os pemedebistas: GERNOTE KIRINUS, NESTOR BAPTISTA; e, DARCY DEITOS.

Sendo o que se apresenta para o momento, aproveitamos para expressar nossos respeitos.

Sala das Sessões, em 3 de junho de 1.981.

(a) NELTON FRIEDRICH.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, regime de urgência na votação do Projeto de Lei Complementar n.º 154/80, que visa alterar o Art. 130, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, passando a mesma a ter o seguinte inciso:

“IV — O tempo de serviço prestado em atividades regidas pela Legislação da Previdência Social Federal”.

Sala das Sessões, em 2 de junho de 1981.

(a) DARCY DEITOS.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se insira na Ata dos trabalhos legislativos, um voto de pesar pelo falecimento do jovem JÚLIO JORGE DOS SANTOS FILHO, ocorrido em 30 de maio de 1981, em Campo Mourão.

Outrossim, requer que do pronunciamento desta Casa, dê-se conhecimento à família.

Sala das Sessões, em 02 de junho de 1.981.

(a) DARCY DEITOS.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, sejam encaminhados expedientes aos Ministros do Planejamento, da Indústria e Comércio e das Minas e Energias, manifestando a solidariedade desta Casa à proposição de fornecimento de energia elétrica a custo zero, em prazo mínimo de 30 anos, para a criação de pólos industriais no Estado do Paraná e à Ferrovia da Soja, apresentada pelo ilustre co-estaduario Doutor Francisco da Cunha Pereira Filho, Diretor do Jornal “GAZETA DO POVO”.

A medida, se adotada, proporcionará aproveitamento racional da energia elétrica - produzida com grande intensidade pelo nosso Estado - ao tempo em que favorecerá o desenvolvimento de regiões, proporcionará novos empregos, permitirá o aumento da produção e resultará em preços mais acessíveis de bens econômicos, ao consumidor.

Sala das Sessões, em 2 de junho de 1.981.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de PEDIDO DE INFORMAÇÕES à COPEL - Companhia Paranaense de Energia Elétrica, indagando sobre os motivos que levaram a empresa, a afastar o Professor Celso Saveli Gomes, do desenvolvimento do projeto de produção de biogás, ora em execução na Universidade Católica do Paraná.

Sala das Sessões, em 2 de junho de 1.981.

(a) NILSO SGUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

Conforme notícia do Jornal “O ESTADO DO PARANÁ”, em sua página 13, da edição de 31 de maio p.p., em

matéria intitulada "INVENTOR VÊ VEDADO ACESSO AO INVENTO" (sic), o Professor CELSO SAVELI GOMES, idealizador do modelo de produção de biogás a partir de esgotos e biomassas, "em execução na UCP, denunciou a diretoria de Desenvolvimento Energético da COPEL, como responsável pelo seu afastamento do projeto".

Diz ainda a matéria que ele foi proibido até mesmo de entrar no local, onde vem se desenvolvendo o biodigestor de sua autoria e que é patrocinado pela COPEL.

Saveli Gomes estranhou o ocorrido e disse estar temendo que sem seu acompanhamento o projeto resulte em erros ou insucessos que a ele poderão ser atribuídos posteriormente".

Se o projeto der certo, todos os méritos serão da COPEL - disse - caso contrário, eu serei o vilão da história".

Para se evitar posicionamentos e medidas precipitadas, propomo-nos a aguardar a manifestação do órgão requerido.

Sendo o assunto de transcendental importância por envolver estudos sobre alternativas energéticas, o mesmo deverá ser conduzido pelas vias mais sérias e responsáveis possíveis.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Senhor Secretário da Segurança Pública, Coronel Haroldo Ferreira Dias, solicitando as seguintes informações:

- 1)- Quantos furtos de veículos automotores (automóveis, camionetas, caminhões, tratores, etc), tiveram suas queixas registradas nas delegacias de Polícia em todo o Estado, durante o ano de 1.980, e se possível, até a presente data;
- 2)- Quantos foram reavidos?
- 3)- No caso de aumento deste tipo de furtos em relação aos demais, informar qual o percentual;
- 4)- No lugar do furto, ocorrendo o roubo, informar o número de vítimas, inclusive as fatais;
- 5)- Qual o prazo médio de recuperação por parte da Secretaria da Segurança, dos veículos furtados ou roubados?

Sala das Sessões, em 2 de junho de 1.981.

(a) ANTÔNIO FACCI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Requeiro, na forma regimental, que o horário do Pequeno Expediente da sessão do dia 03 de junho corrente seja destinado exclusivamente à palestra do Senhor Dr. Francisco da Cunha Pereira Filho, que discorrerá sobre o assunto de interesse do Paraná.

Sala das Sessões, em 2 de junho de 1.981.

(a) AIRTON CORDEIRO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso e gozo de suas atribuições regimentais, REQUER que, depois de ouvido o Plenário, seja consignado na Ata da sessão de hoje, um voto de louvor à Rádio Capital, desta cidade, e ao Repórter Roberto Lopes, em virtude da esplêndida cobertura que vem dando às atividades da Assembléia Legislativa, o que redundará no mais amplo conhecimento pelo povo das importantes funções do Poder Legislativo e, conseqüentemente, do seu maior prestígio.

Requer, igualmente, que do feito seja dado ciência àquela prestigiosa emissora e ao seu ativo e devotado funcionário.

Sala das Sessões, em 2 de junho de 1.981.

(a) ADALBERTO DAROS.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a consagração de um voto de regozijo ao Comendador Gianfranco Bertoni, pelo recebimento da comenda, no grau de Oficial, do mérito de República Italiana.

Sala das Sessões, em 2 de junho de 1.981.

(a) GABRIEL SAMPAIO.

JUSTIFICATIVA:

A homenagem que hoje se realiza, consubstanciada na entrega da comenda do mérito da República Italiana, no grau de Oficial, rejubila a todos os brasileiros, através a grande estima do homenageado, principalmente no Estado do Paraná.

O Comendador Gianfranco Bertoni, nascido na Itália, mas há longos anos radicado no Brasil, onde constituiu descendência, possui um largo círculo de amizade, mercê da sua lhanza de trato, de sua grande afabilidade e a amizade que dedica a tantos quantos têm o privilégio de conhecê-lo.

Pertencente aos quadros do Lions Club, onde vem ocupando relevantes cargos, tem o Comendador Gianfranco Bertoni liderado e pontificado em campanhas de elevado espírito filantrópico e social, contribuindo e muito para minorar o sofrimento dos desvalidos que habitam em nossa Pátria.

Presidente da Sociedade Recreativa Dante Alighieri, onde vem sendo reeleito em sucessivos pleitos, mercê dos grandes dotes de que é possuidor, pelo grande dinamismo empregado, por várias conquistas daquela sociedade e, sobretudo, pelo seu largo descortínio, o Comendador Gianfranco tem se caracterizado em aproximar brasileiros e italianos, irmanando-os em favor de uma sólida amizade.

Também na vida privada, o Comendador Gianfranco Bertoni sempre destacou-se através de suas atividades, tendo como desígnio norteador, o alto espírito humanitário.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Nelson Buffara.

Ausente, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem, dessa tribuna, o Deputado Tércio Albuquerque abordou o grave problema relacionado a furto de veículos automotores em nosso Estado.

Ocupo hoje esse Pequeno Expediente, para fazer um apelo e aqui tenho certeza, o faço em nome deste Legislativo, de todas as adilidades paranaenses, bem como do povo de meu Estado.

Refiro-me, Sr. Presidente, a apenas um módulo de todo o universo de criminalidade que intranquiliza nossa população: os constantes roubos de veículos automotores.

Vejam bem, Srs. Deputados, não falo aqui o termo "automóvel" mas sim "automotores", porque este ramo se tornou tão rentável aos marginais que a ele se especializaram que, hoje, não mais apenas carros de passeio são furtados, inclusive, segundo denúncias, com a maior parte deles sendo levados ao Paraguai, mas também caminhões, furgões, camionetas, e, pasmem, TRATORES.

O já sacrificado agricultor brasileiro, eterna vítima de tecnoburocratas encastelados nos órgãos de decisão da política

agrícola brasileira, agora empata com o homem da cidade, no que tange a sua segurança, não podendo mais laborar tranquilo com sua máquina agrícola, porque está sujeito a ser rendido, ser morto até se ameaçar qualquer reação, e, se não, ver o seu trator e implementos agrícolas serem roubados com poucas ou nenhuma chance de serem reavidos. Trator não tem placas, não possui registro no DETRAN, apenas como prova de propriedade, possui somente a nota de compra, e, como tal, é um veículo de fácil comercialização após o roubo.

O aumento de furtos de automotores está de tal modo alarmante, que quase todas as companhias seguradoras, neste setor, estão operando em vermelho. Já é pensamento das mesmas, promover uma reunião geral para debater o assunto.

Quando regressava de minha região para Curitiba, neste final de semana, pude constatar com espanto, que no noticiário de uma emissora de rádio, ouvi nove (9) anúncios de carros roubados. Em apenas um município do Norte do Paraná, em apenas um mês, foram roubados três (3) tratores.

É preciso se dar um fim a este estado de coisas.

Estou apresentando um requerimento, a ser enviado à Secretaria da Segurança, pedindo informações detalhadas a respeito do assunto. São dados, Senhores Deputados, que pretendo ter em mãos para servirem de embasamento à constituição de Comissão especial, que proporei nesta Casa, visando angariar subsídios a serem fornecidos aos órgãos responsáveis, buscando coibir a ação dos marginais.

É necessário, acredito, uma ação conjunta da Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal e Rodoviária, reforçando a fiscalização dos veículos que trafegam por nossas rodovias, bem como, a volta da autorização para dirigir carros de terceiros, medida adotada há anos atrás, revogada a título de desburocratização, e que vem facilitando a ação dos marginais.

Não posso acreditar possível, que veículos automotores, principalmente tratores, sejam roubados e em poucas horas, desaparecem como por encanto, não mais sendo encontrados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Luiz Gabriel Sampaio.

O SR. LUIZ GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Este assunto mereceria um tempo maior, porque envolve inúmeras facetas e inúmeros ângulos a serem abordados. O Deputado Tércio Albuquerque, de Foz do Iguaçu, irá abordar este assunto também no horário da Liderança do PDS. Portanto, farei apenas alguma consideração a respeito, me reservando para, através de aparte, poder complementar o meu raciocínio quando o Deputado Tércio ocupar esta tribuna.

Como esta tribuna normalmente é ocupada para se defender alguma coisa, gostaria inicialmente de colocar o assunto como não de defesa, mas de salvaguarda de toda uma gama de produtores, de intermediários industriais e, ao final de consumidores, o que acontece com o problema do leite no Paraná.

Aqui, mais uma vez, verificamos a intervenção exagerada do poder público, que vem colocando seus tentáculos cada vez com maior sofreguidão, sobre os campos da atividade privada. Vemos um exemplo prático disto, com a portaria da SUNAB que estipulou o preço do leite, do produtor, em Cr\$ 22,00 e com uma modificação, com um aumento, para o próximo dia 16 deste mês de junho, em Cr\$ 27,00, colocou em "xeque" toda uma estrutura de produtores de leite, de intermediários, que são os laticinistas e de consumidores, que são os eternos prejudicados.

Se não, vejamos o que aconteceu com relação a uma re-fração geral do mercado consumidor em todos os campos, evidentemente que os produtos de laticínios tiveram queda em suas vendas, bastante acentuada. E como o próprio Governo fi-

nanciou grandes estocagens de queijo, este queijo, hoje, colocado nos grandes centros, através de uma concorrência imensa de produtos estocados, está sendo vendido abaixo do preço esperado, ou seja, em torno de Cr\$ 230,00 a Cr\$ 260,00 o quilo. E como sabemos que são necessários dez litros de leite para se produzir um quilo de queijo e o leite custando Cr\$ 22,00, estaria para o industrial perto de Cr\$ 220,00 um quilo de queijo.

Muito bem. Evidentemente que o produtor não pode perder, mas os laticinistas que estão enfrentando uma séria crise neste setor, no momento, resolveram, em função de não terem encontrado eco algum às suas reivindicações, ao seu diálogo, junto aos órgãos federais, resolveram fazer um boicote, uma greve branca, não recebendo o leite no próximo sábado e domingo até os próximos fins de semana, até que, se não solucionado o problema, eles ameaçam, inclusive, a partir de 16 deste mês quando o preço passaria, segundo portaria da SUNAB, para Cr\$ 27,00 o litro, de extinguir o recebimento deste leite.

Evidentemente que isto não interessa a ninguém. Nem ao produtor, nem ao intermediário que é o laticinista, e nem ao consumidor final. Portanto, queremos pedir desta tribuna, e pedir ao Deputado Tércio Albuquerque que irá abordar o assunto também, que façamos um apelo desta Casa, através dos Deputados que representam toda esta bacia leiteira que foi tão incentivada pelo Governo Federal e Estadual, para que ela crescesse e nós pudéssemos ter fartura de leite e fartura de produtos laticínios; que nós possamos fazer uma situação intermediária; que possamos reunir produtores, industriais e consumidores e chegarmos a um denominador comum. Há um erro de enfoque na coisa porque se julgou que o Ministério da Agricultura seria o órgão competente para dirimir esta dúvida. E neste País como as coisas são muito misturadas, e passam de um órgão a outro, sem o menor critério, com relação aos assuntos específicos, hoje o problema do leite está vinculado à SUNAB e é vinculado à Secretaria Especial de Abastecimentos e Preço, que por sua vez está ligada ao Ministério do Planejamento. Portanto, o Sr. Júlio Martins, que hoje é o Secretário Especial de Abastecimentos e Preço, deve ser a autoridade a ser procurada, para que presida uma reunião a nível nacional, entre produtores de leite, entre intermediários, que são os industriais, os laticinistas, e também entre nessa reunião o consumidor final, para que nós possamos evitar mais uma crise num setor fundamental do País. Porque se não darmos condições para que o laticinista adquira o leite do produtor, este não terá onde vendê-lo. Nós precisamos evitar que toda esta intermediação seja cancelada por motivos da interferência exagerada, repito, do Governo Federal.

Agradeço, Sr. Presidente, porque o assunto realmente não pode ser abordado em cinco minutos.

(Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Deputado Mário Celso da valorosa bancada oposicionista, disse muito bem quando citou a frase de John Lennon para caracterizar o desespero de milhões de brasileiros, ameaçados de perder suas casas, suas moradias, quando afirmou:— "O sonho acabou".

Inegavelmente o desejo de possuir a sua própria moradia, constitui um desejo inato do ser humano, que traz desde os primeiros momentos em que constituiu família. E o que estamos observando é que o BNH está mantendo uma insensibilidade que não condiz com a sua condição de banco eminentemente social, ao aumentar desmesuradamente as prestações da casa própria em mais de 70%. Não somos contra esse aumento se apenas se observar a inflação imperante. Somos contrário a

ele, todavia pelo fato de que os salários jamais acompanharam essa espiral inflacionária, o que torna a moradia, atualmente inacessível à maioria dos adquirentes através do SFH; a política nesse setor está sendo aplicada de cima para baixo. Financia-se quem não precisa de financiamento, numa flagrante distorção de objetivos, para se deixar de lado, ou pelo menos penalizar, a quem está altamente dele necessitando.

Presume-se que o BNH seja um estabelecimento de crédito para fins sociais e o que vemos é a maior parte do seu dinheiro sendo usado para edificar residências da chamada classe alta que a rigor, dele não necessita, enquanto a classe pobre vê dificultada, cada vez mais, o seu acesso a este financiamento, para obter a sua casa própria.

O BNH está financiando, agora, obras infra-estruturais, que seriam de obrigação dos Governos Estaduais, fugindo ao seu verdadeiro objetivo, sua real finalidade de dar casa a quem precisa de casa.

Como pouco nos cabe neste processo, vimos agora, solicitar de Vossa Excelência, Sr. Presidente, o envio de um telex ao Sr. Ministro do Interior, Coronel Mário Andreazza, no sentido de que Sua Excelência, até como fins humanitários, reveja a prestação dos mutuários do BNH.

Se o Governo recusou-se a auxiliar a Volkswagen, sob a alegação de que esta Companhia poderia diminuir os seus lucros, e até mesmo suportar por um ou dois anos, como "deficit" a sua produção, e Mário Garnero se demitiu da direção da mesma, alegando este fato, porque o BNH que possui muito mais infra-estrutura de suporte, também não dá o exemplo.

Sem carro podemos passar, sem casa não.

Que o Ministro Andreazza não deixe o sonho acabar.

Realmente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é uma grande preocupação que nos invade neste momento.

Nós estamos sentindo a insensibilidade deste Governo, através do Ministério do Interior, que já denegou há três meses passados, uma informação favorável, do seu gerente, aqui, Luiz Antônio Parigot — nome semelhante, não me ocorre o nome correto desse cidadão. — Apesar da informação dele ter sido favorável, a insensibilidade do Ministério fez com que o parecer favorável dessa autoridade, aqui no Paraná, fosse contrariado, e o processo indeferido.

Essa informação favorável do Sr. Luiz Antônio Parigot era no sentido de levar um alento às classe dos prestanistas. No entanto, malgrado o trabalho que nos encetamos, não tivemos o êxito necessário.

E, hoje, o nosso protesto à insensibilidade do Ministro Andreazza. Se ele não houver por bem resolver os reclamos dessa gente, a fim de que o sonho não acabe, como disse o Deputado Mário Celso, nós lançamos aqui nosso protesto veemente e formal à falta de sensibilidade, à falta de critério, à falta de justiça desse Ministro do Interior, no que tange ao povo, que são os prestanistas do BNH.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Aírton Cordeiro, inscrito.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Na sessão de ontem, nesta Casa, vários Deputados se pronunciaram da tribuna, através de requerimentos encaminhados à Mesa, manifestando solidariedade à tese patrocinada pela "Gazeta do Povo", e, particularmente, pelo seu diretor, jornalista Francisco Cunha Pereira Filho.

Num desses requerimentos, o ilustre Deputado Deni Schwartz propõe que esta Casa formule um convite ao diretor daquela empresa jornalística, para que aqui compareça e venha dialogar com os Srs. Parlamentares.

E nós queremos propor à Mesa, esperando acolhimento do Plenário, que o Pequeno Expediente da sessão de amanhã, seja

inteiramente destinado a uma palestra do jornalista Francisco Cunha Pereira Filho, porque Sua Senhoria, depois de amanhã, viaja aos Estados Unidos.

E eu creio, realmente, Sr. Presidente, que chegou a hora de o Paraná inteiro descruzar os braços. E nós estamos diante de uma tese que nos motiva a todos nós paranaenses; uma tese que mereceu o acolhimento de vários Srs. Deputados desta Assembléia.

Uma tese que vem recebendo apoio da indústria, do comércio, da área intelectual, enfim, de toda a sociedade paranaense.

Portanto, ilustre Presidente João Mansur, ao encaminhar à Mesa este requerimento, faço apelo a Vossa Excelência que dê preferência ao mesmo para votação, ao mesmo tempo em que apelo às lideranças partidárias para que este requerimento seja aprovado e para que esta Casa dedique seu Pequeno Expediente para esta palestra de grande interesse, sem dúvida, para todos nós.

E, ao mesmo tempo, permito-me sugerir, Sr. Presidente, que essa palestra seja realizada no plenarinho da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a fim de que tenhamos, inclusive, um ambiente mais acolhedor, menos formal, e que possibilite um debate mais íntimo entre Parlamentares e o nosso conferencista.

É o requerimento, Sr. Presidente, que encaminho a Vossa Excelência pedindo o acolhimento deste Plenário.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nestor Baptista, inscrito.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero, rapidamente, me referir ao pronunciamento feito, há pouco pelo Deputado Gabriel Sampaio, quando falava do problema do leite.

E não faz muito tempo, ocupando esta mesma tribuna, tive oportunidade de falar do chamado "leite de pobre", que é o meio litro.

Há dias atrás, viajando em São Paulo, tive o desprazer de ver uma placa "leite — Cr\$ 26,00, o litro", em baixo, "leite de pobre — cr\$ 13,00", para ver que o consumidor está, realmente, desrespeitado, desprestigiado. Portanto, aproveito esta oportunidade para cumprimentá-lo pela sugestão de uma CPI de Proteção ao Consumidor.

Mas, o assunto que me traz a esta tribuna, é abordar uma reportagem do jornal "Diário do Paraná", de hoje, e dizer, rapidamente, que, auxiliado por alguns colegas, comecei a lembrar datas e uma série de outras coisas que servem para o caso que vou relatar, neste instante: deve ser no século XVIII, a rainha de França, Maria Antonieta, recebeu a preocupação dos franceses que disseram-lhe que havia muita fome por parte da população francesa e que não havia mais pão — para simbolizar toda aquela fome que tomava conta do povo francês. E ela, distante de qualquer respeito à população francesa da época, respondeu àqueles que foram procurá-la: "Se não têm pão que comam bolo".

Pois bem, Maria Antonieta foi para a guilhotina. E o povo francês até que gostou e muito.

Hoje, nas páginas do "Diário do Paraná", há, novamente, o desprazer de qualquer brasileiro sério, de qualquer brasileiro que tenha o mínimo de respeito à população, quando lê: "De-fim responde — "Quem não pode andar de ônibus que ande a pé".

Fica-se numa situação delicadíssima da falta de respeito daquele Ministro para com 80% da população que usa o transporte coletivo.

Há dias atrás, ouvi uma defesa eloquente, quando chamaram o nobre Ministro de o "Gordo". E gostaria, sinceramente, que houvesse também uma defesa de todos os partidos para

pedir, mais uma vez — já houve um pedido no ano próximo passado —, que o Presidente da República tenha um pouco, um mínimo de sensibilidade, para observar que Delfim Neto além de não servir ao interesse da Nação brasileira, é um homem que não tem o mínimo respeito humano, não tem a mínima dignidade humana, porque diz que quem não tem dinheiro para andar de ônibus, que ande a pé. Ele que foi um dos incentivadores do crescimento da indústria automobilística nacional.

Senhor Presidente, para encerrar, é um apelo que deve ser feito a todas as Bancadas desta Casa, que provoquem mais uma vez a sensibilidade do Presidente da República, porque com todo o respeito, o “Gordo” também deve ser guilhotinado.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Encerrado o Pequeno Expediente, para o Grande Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Gernote Kirinus, inscrito.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

Antes de adentrar ao assunto que me traz à tribuna, hoje, faço o registro de minha indisposição, meu desagrado em trazer à lembrança da Casa a indelicadeza, a descortesia com a qual o nobre Líder do Governo recebeu meu aparte em pronunciamento feito no Grande Expediente há algumas sessões.

Não vai aqui algum desagravo pessoal, não há em mim ressentimento pessoal algum. Isso porque dificilmente guardo rancores e por outro lado procuro moldar minha conduta em bases e princípios cristãos, e não do que possam dizer do tamanho da minha mente.

Pretendo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, ater-me exclusivamente neste pronunciamento, ao pronunciamento do nobre Líder, onde pretendia responder ao Deputado Deni Schwartz. Venho apenas aceitar aqui nesta tribuna um desafio que consta das próprias notas taquigráficas do referido discurso do nobre Líder, que passo a ler:

“Vossa Excelência — diz naquele discurso — não está à altura de um debate a nível econômico, de um debate em que se discute em determinada profundidade, as causas da descapitalização do povo paranaense”. E exatamente na tentativa de colocar-me à altura do assunto de alto nível de debate econômico do nobre Líder da maioria, é que tomei o cuidado de analisar e estudar profundamente esse discurso em suas notas taquigráficas. E logo no início, após citar “dados da participação econômica do Paraná a nível nacional”, por ser significativa essa participação do Paraná, tanto na exportação como na construção do produto bruto nacional, por ser significativa conclui que o padrão de vida na realidade, vida social e econômica do Paraná em relação à maioria dos brasileiros, é bom”.

Já aqui gostaria de registrar a minha primeira discordância e o primeiro equívoco fundamental, pois não vi economista algum, sociólogo algum, algum estudioso da área das Ciências Sociais e Econômicas, tomar um índice de participação de um Estado na economia nacional, como medida para concluir o padrão de vida social e econômico da população deste Estado.

“O padrão de vida social e econômico do povo paranaense, só pode ser analisado examinando as condições de saúde”, e aí estão os surtos da gastroenterite a tomar conta do Estado, anunciado pelos próprios jornais, e que revela por sua vez as condições de falta de saneamento, de água potável, que revela por sua vez também, as condições precárias com que se alimenta a população. Para determinar o padrão de vida de uma sociedade, é necessário também examinar as condições de habitação e aí estão as favelas. Curitiba, Londrina, Foz do Iguaçu, Cascavel, que até há poucos anos não tinha nenhuma favela, dado o êxodo rural, estão ali apinhadas, enchendo os grandes cinturões de miséria das cidades maiores do Paraná.

É também imperioso contar, para examinar as condições

do padrão de vida de uma sociedade, as condições de educação, e aí estão as levas de menores desassistidos, vindo a elitização do ensino, mesmo dentro das escolas públicas. E muito bem se referiu a esse ponto, o nobre Deputado Deni Schwartz, que deveria ser respondido nesse tocante e não foi.

As condições de trabalho, — e aí estão os “bóias-frias” a mendigar emprego de fazenda em fazenda, aí estão as condições dos trabalhadores da construção civil. Também é necessário ver para determinar o padrão de vida social e econômico, as condições de acesso do trabalhador rural à terra, e aí está a concentração da propriedade, e aí estão 49 mil alqueires de terra de latifúndios semi produtivos, encontrados pelo próprio ITC., para serem postos à disposição dos expropriados de Itaipu, e só não foram repassados às mãos dos que deram prova de profícuos trabalhadores do campo, e um lado por causa da morosidade e injustiça da indenização de Itaipu, e por outro lado, e aí é que reside a crítica do Deputado Deni Schwartz, por outro lado por falta de decisão do Governo do Estado em liberar recursos que seriam repassados para o ITC, para aquisição e revenda dessa fabulosa área. O Governo do Estado do Paraná preferiu como dizia o Deputado Deni Schwartz, repassar recursos através do BADEP e BRDE à própria Itaipu Binacional.

Outro dado que também precisa ser considerado, para que possamos medir o padrão social e econômico de um Estado e de uma sociedade, são os dados referentes à distribuição de renda e aí está o Estado do Paraná, perdendo ano após ano a sua privilegiada posição de anos anteriores.

Portanto, se tomarmos por base as condições acima descritas, torna-se difícil concluir aqui nesta Casa, conforme o nobre Deputado Líder do PDS, de que o padrão social e econômico do Estado do Paraná é bom.

Mesmo querendo que seja bom, comparado aos demais Estados da Federação do Brasil, isso até enfraqueceria as nossas razões de reivindicar por simples respeito à péssima situação dos outros e nos levaria assim ao conformismo barato.

Vejam, Senhor Presidente, Senhores Deputados, querer concluir o padrão sócio-econômico de um Estado, de uma sociedade, a partir de sua produção nacional bruta, ou a partir de sua participação a nível de produção nacional, é um absurdo dos mais lamentáveis, mas o nobre Deputado Erondy Silvério, em seu discurso, reclama da Oposição por responsabilizar o Governo Ney Braga. No entanto, leio em seu discurso que ele próprio atribui e responsabiliza o Senhor Ney Braga, quando diz: “Nenhum homem público deste Estado contribuiu mais para esta posição de sucesso social e econômico do Paraná, por empenho pessoal, do que o Senhor Ney Braga”.

Ora, Senhor Presidente, Senhores Deputados. Quanto à responsabilidade do interventor General Ney Braga pela situação do Paraná, estamos de pleno acordo, pois, depois de vinte anos de “neísmo”, nem poderia ser diferente.

Entretanto, a Oposição diverge no tocante à interpretação da realidade paranaense. Divergimos, quando quer se referir — sucesso — onde houve apenas — retrocesso. Onde o nobre Líder do Governo vê sucesso, nós vimos a realidade, as estatísticas estão aí, nós vimos retrocesso.

E muito bem se referiu o nobre Deputado Nelson Miguel Friedrich, ao citar os dados estatísticos, que revelam o retrocesso social e econômico do Paraná. Quando citou aqui desta tribuna, que a população da zona rural, quer de 60% em comparação a 40% da cidade, inverteu exatamente este índice: 40% hoje, estão no campo e 60% engordando os cinturões de miséria das grandes cidades.

A diminuição da população do Paraná é um dado também. Outros dados aqui foram citados, principalmente no que diz respeito à concentração da propriedade, em detrimento do crescimento do número de “bóias-frias” e da expulsão do homem do campo. Ora, Sr. Presidente e Srs. Deputados, até aqui nós vemos e tentamos analisar a profundidade do alcance levantado, quanto

à situação econômica.

Daí para frente, o discurso começa adentrar em terrenos confusos. Começa a confusão do discurso que estamos analisando, pois, o nobre Líder abandona o debate econômico de alto nível, a profundidade excepcional, como vimos, para dar sua costureira investida contra comunistas imaginários. E, passa a fantasiar, com perigo comunista, vindo no próprio Deputado Deni Schwartz, o que é inclusive um impropério, vindo no Deputado Deni Schwartz, um defensor dos bolchevistas. Aliás, os comunistas fazem parte dos pesadelos do delírio febril do Líder do Governo nesta Casa.

Investe, abandona um tema e investe sobre o episódio do Rio-Centro, respondendo, por atacado, a tantos pronunciamentos quantos houveram por parte da Oposição. Abandona, portanto, o debate de nível econômico e passa a responder aos Deputados Nelson Miguel Friedrich e José Tavares.

Aliás, já é praxe nesta Casa, nós ouvimos a habilidade do nobre Líder do Governo a fazer esses contra-ataques, por atacado. Embora, possa revelar riqueza em termos de assunto.

Mas, já dizia Lauro de Oliveira Lima: "O que se ganha em riqueza, se perde em clareza". Por isso, nós vemos com grande confusão, como se tenta responder aqui à Oposição. E o pior é que chama o próprio Deputado Deni Schwartz, em ter confusão na concatenação das suas idéias. É como o jogador de xadrez, que já se sente apto a jogar partidas simultâneas. Ensaia belíssimas jogadas, mas acaba abandonando todas as partidas e todos os tablados do xadrez, sem concluir com xeque-mate.

Mas dizia eu, que muda-se o tom do discurso, abandona-se um tema e se adentra noutro. Começa-se em fazer uma defesa desnecessária das Forças Armadas, em relação aos pronunciamentos da Oposição. Quando o digo desnecessária, eu o digo aqui, porque não ouvi Deputado algum da Oposição atacar as Forças Armadas. Muito pelo contrário, como Deputados da Oposição, exigem que se punam aqueles que desonram as Forças Armadas, estão atuando em defesa da honra das Forças Armadas. Quando se pede o afastamento de certos generais que estão desonrando a farda, é em defesa das Forças Armadas.

Portanto, é inútil a defesa que se faz, como querendo dizer que a Oposição, querendo insinuar que a Oposição aqui, está atacando as Forças Armadas. O que nós estamos atacando é a impunidade. E que a mesma punidade que recaiu sobre Carlos Lamarca aqui citado, e que a mesma punidade que caiu sobre Carlos Prestes aqui citado, também seja com a mesma medida de punidade que se punam os terroristas hoje infiltrados nas Forças Armadas e que não querem a abertura. É isto que a Oposição reclama.

Mas mais uma vez abandona este tema para investir contra a mocinha que roda a bolsa na Rua Riachuelo. Sinceramente, nobre Sr. Presidente, Srs. Deputados, não entendo o que esta mocinha faz num discurso de alto nível de debate econômico.

Em todo o caso, há os que gostam de citar Jorge Amado. Há outros que gostam de citar Rui Barbosa. E por citar Rui Barbosa, gostaria de, parafrasear um pensamento deste grande intelectual brasileiro, dizendo que de tanto ouvir banalidades e superficialidades, sinto até vergonha de citar Rui Barbosa.

Mas Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenta-se agora dizer que o erro, que os padres que prevaricam, que os juízes que se corrompem, os Deputados honestos, que os presos inocentes que são postos na prisão, que tudo isto é uma questão óbvia, é natural. Que trabalhar contra a corrupção, trabalhar contra a cupidez do magistrado, pedir a punição da desonestidade do Deputado, é trabalhar contra o óbvio, como aqui mesmo nós lemos em seu discurso.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ou se quer fazer apologia da impunidade, que tem desgraçado este País da corrupção, ou quer que se passe por impune todos os que têm comporta-

mento mau, dizendo que é normal? Com isto, apenas alcançaremos a desgraça para toda a Nação. Porque dizer aqui que nem a cupidez de um magistrado faz do Judiciário um mercado, concordo, e digo mais, mas é a impunidade deste magistrado que faz do Judiciário um mercado. É exatamente a impunidade do Deputado desonesto que faz do Parlamento, um covil. É exatamente a impunidade do erro de um padre, que faz a Igreja demoníaca. E na Igreja, existe disciplina, existe punidade. Parece que quer me dizer que quando diz que trabalhamos e pedimos pela punidade, estamos...

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. GERNOTE KIRINUS — Logo em seguida o darei a Vossa

Excelência. Só quero concluir o meu raciocínio... dizer que estamos contra o óbvio quando pedimos que se punam os ladrões, que se punam os terroristas, é a mesma coisa que fazer a defesa da impunidade. Ou o que seria pior, é fazer apologia da lei do estupro, já que não se pode evitar, relaxe e aproveite.

Sr. Presidente, após estas investidas completamente confusas, volta-se ao tema do debate de alto nível que ainda não consegui alcançar, do debate econômico. Volta-se e se quer jogar a culpa toda na concentração do sistema tributário. Aliás, foi dito aqui pelo que lhes fala, que concordamos que a centralização do poder político e econômico é o grande mal que aflige o Estado e os municípios.

Estamos completamente de acordo com isto, achamos que foi com justiça que aqui se levantou, mas quando se diz que mais vale acender uma vela, que praguejar contra a escuridão, pergunto: adiantou acender velas ao Poder Central durante 17 anos? Prestar apoio e sustentação a este mesmo Poder que está a defraudar o Estado e os municípios? Com que moral agora querem exigir pronunciamentos? E se não houvessem estes pronunciamentos em favor de uma reforma tributária?

É com injustiça que o nobre Líder se refere aqui, de que nos mandam todos os meses cópias e discursos, mas nenhum abordando uma situação de tamanha importância para a Nação, como é a reforma tributária. Isso pode ser verdade nas bandas do PDS. Mas nós temos no Deputado Federal Nivaldo Krüger, um corajoso estudo feito exatamente no tocante à reforma tributária; exatamente em defesa dos municípios.

Nós temos como Presidente do Comitê de Defesa da Autonomia dos Municípios, o Deputado Maurício Fruet, que também seguramente já deve ter-se pronunciado a respeito disso. É injustiça que se comete, pelo menos quando se generaliza a todos os Deputados Federais. Os nossos têm feito jus ao voto e ao compromisso popular.

Sr. Presidente, vou já concluindo o meu raciocínio e logo em seguida darei o aparte a todos que o desejarem. E para concluir, gostaria simplesmente de sintetizar tudo que foi dito e tentar chegar a uma conclusão, embora a confusão seja grande.

Pergunto-me, neste final de pronunciamento: onde está a profundidade da análise econômica que eu, um modesto Deputado, não consegui alcançar? Onde está a resposta ao pronunciamento do Deputado Deni Schwartz? Concluir que participação do Estado do Paraná, na exportação nacional, no produto nacional bruto, é indicativo de padrão de vida sócio-econômico, é no meu entender, um lamentável equívoco. Dizer que o Sr. Ney Braga é o maior responsável pelo aparente sucesso do Estado do Paraná, mas que não é responsável pela perda de posições sócio-econômicas já alcançadas pelo Paraná em sua história, é uma contradição flagrante. Justificar a impunidade do terrorista, dos corruptos, do desonesto, pela obviedade de sua existência, é uma perigosa inclinação, a favor da lei do estupro. Pretender a descentralização da economia através de uma reforma tributária, acendendo velas, prestando apoio e sustentação ao regime ditatorial que criou esta concentração, é querer aproximar-se de Deus, fazendo promessas e assumindo compromissos com o diabo.

Confesso, Sr. Presidente, ao finalizar meu discurso, que finalmente é o meu desejo.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado, Vossa Excelência é um homem, não quero dizer duas faces, mas é um homem que no papel carbono da vida tem dois pesos e duas medidas; nesse papel carbono do cotidiano Vossa Excelência no começo do seu discurso brilhante, aliás, inteligente e bem posto, investiu contra o Governador Ney Braga. E depois disse que o Poder Central é madrastra dos municípios e dos Estados. E nós fazendo um paralelo do jovem que há pouco assomou essa tribuna, Deputado também não menos brilhante que Vossa Excelência, Nestor Baptista, onde ele falava que Delfim Neto teria que ir para a guilhotina, ele teve o apoio e o nosso aplauso, agora que se faça justiça, Deputado, para não perecermos, para não passarmos por omissos e por irresponsáveis, ou por homens que atiramos pedras por omissos e por irresponsáveis, ou por homens que atiramos pedras injustamente. Sabe bem Vossa Excelência que Ney Braga é um homem que está lutando pelo Paraná e por sua gente. E até agora os Deputados da Oposição não trouxeram a fórmula milagrosa, para que nós nos livrássomos do Poder Central; para que nos livrássomos de Delfim Neto o homem que foi atacado justamente, foi aplaudido pela nossa bancada, ilustre Deputado Nestor Baptista. Vossa Excelência eu agradeço, mas continua misturando caçada de tatu com serenata. Continua misturando alhos com bugalhos; e continua, como dizia Adelaide Carraro: — procurando “a falência das elites”.

Muito obrigado.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Nobre Deputado, Vossa Excelência já se debruçou sobre o pensamento de que Delfim Neto não haverá de cair, enquanto tiver partido de PDS que o sustente.

O Sr. Nelson Friedrich — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Ilustre Deputado, estamos ouvindo aí, um alinhamento extraordinário, e parabenizo, inclusive, a maneira com que Vossa Excelência está se conduzindo na tribuna, brilhante, incisivo e muito claro.

E abro um parêntesis, até no início disso, para dizer e evitar aqui uma colocação muito dúbia.

O Parlamentar que acabou de apartear-lo, falou que o Deputado Nestor Baptista, nosso companheiro de Bancada, teria solicitado a presença da guilhotina sobre a cabeça de Delfim Neto.

Simplesmente, o Deputado Nestor Baptista, usando de uma expressão até literária e oportuna, faz uma alusão histórica à passagem de Maria Antonieta, que oferecia bolo ao povo francês, quando, poucos dias depois, estava efetivamente na guilhotina.

Fechado este aparte, este parêntesis, quanto ao seu pronunciamento, dois tópicos me chamam especialmente a atenção: primeiro, é que nós realmente temos amplo conhecimento, e Vossa Excelência foi felicíssimo em abordar este aspecto, dessa técnica que estamos nos acostumando a ver e ouvir, de pessoas ligadas ao Governo, de sempre tentar pegar as questões principais pelas questões acessórias.

E aí, em cima disso, se esquecem do fundamental para pegar o superficial.

É isto que temos visto, e que Vossa Excelência analisou com muita perfeição, uma técnica que não leva realmente à grande profundidade das questões, porque sai pela tangente. Como disse, não vai ao principal, fica no acessório.

E a segunda, é uma tática, que é a tática de que nós estamos também, já estranhamente começando a nos acostumar, de que se está fazendo verdadeiros discursos oposicionistas por parte de pessoas ligadas ao Governo, falando até, às vezes, uma linguagem contestatária.

Parece-nos que isto é até gozar da memória nacional, e um desrespeito à opinião pública. Porque, um mínimo de coerência há que se pedir, principalmente quando nós estamos num período próximo ao pré-eleitoral, e não podemos efetivamente admitir, até, que roubos de oposicionismo passam a existir, simplesmente com a visão eleitoreira.

A coerência é, talvez, um ponto basilar da vida de qualquer homem público.

Porisso, Vossa Excelência colocou com muita clareza, de uma precisão fenomenal, este quadro. E esta técnica que falei antes, e a tática utilizada, por certo serão desmascaradas a nível popular.

Muito obrigado, e, mais uma vez, cumprimentos pela firmeza do seu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa lembra ao nobre orador, que resta um minuto para o término de sua oração.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, eu quero confessar, na minha conclusão, finalmente, que é o meu desejo evitar voltar a debater assuntos de profunda seriedade, que tocam a vida e a realidade do Paraná, enquanto que o nível de debates se der nisso que o nobre Deputado Nelson acabou de dizer: se toca na tangencial, para evitar as questões de profundidade; se pega o acessório, para condenar a essência.

Porisso, enquanto não houver uma revisão na profundidade dos debates, e nas respostas do nobre Líder do Governo, eu me nego a debater, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Consulto à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Usarei desse horário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Com a palavra o Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O brasileiro começa, mais do que nunca, a comer o pão que o Governo diabolicamente amassou.

Erro sobre erro. É exatamente isto que temos verificado diariamente neste País nas decisões das autoridades de todos os níveis, sobre a prioridade da agricultura no projeto nacional. Mentira sobre mentira, quando verificamos que os setores mais preparados para desenvolver uma agricultura moderna, já preparada para lançar sementes à terra, são ludibriados com números. Falamos de trigo, Senhores. O trigo que exige dos brasileiros a segunda maior sangria entre tantas outras. O trigo que consumiu no ano passado nada menos que 88 bilhões de cruzeiros em importações, e que este ano custará nada menos do que 111 bilhões. Dinheiro que vem emprestado a preço de ouro. Morremos pela boca, Senhores.

A questão do trigo no Brasil tem se constituído num dos mais paradoxais problemas ao Governo brasileiro. Sem política definida para esta cultura, que exige solo, semente e coragem sobretudo, mais uma vez está por trazer frustrações. Explicaremos porque.

Senhor Presidente.

O Governo pode guardar seus planos. Ou melhor. Já deve ter guardado. O Paraná colheu no ano passado 1 milhão, 150 mil toneladas de trigo, 60% da safra nacional, numa área que ocupou 1 milhão e 440 mil hectares pelos quatro cantos do Estado. Neste ano de 1981, quando os mirabolantes planos do Governo Federal previam, baseados nos seus dados otimistas, uma importação reduzida de trigo, já que no ano passado gastamos 88 bilhões de cruzeiros, o Paraná colherá muito menos do que o esperado.

Os dados ainda não estão muito claros. Dentro da própria Secretaria da Agricultura técnicos e tecnocratas se confundem diante da dúvida sobre a frieza dos fatos, ou o impacto político. Sabemos que no norte e oeste do Paraná, onde se concentram 82% do trigo plantado em todo o Estado, e onde o plantio ocorre de primeiro de março até 31 de maio, pouco mais de 250 mil hectares do produto foram semeados até agora. A estimativa da Secretaria da Agricultura, que vem pagando amiúde pelas suas previsões de super-safras, já caiu por terra. Já não existe mais possibilidade alguma de se atingir metas propostas para a triticultura paranaense. Dá para provar no lápis.

Senhores Deputados. Um pequeno exercício de matemática, uma regra de três simples, trazem à luz, resultado pelo jeito não aceito pelo Governo. Se o oeste e norte do Paraná são responsáveis por 82% de todo o trigo produzido no Estado, e a estimativa era de 1 milhão, 350 mil hectares plantados, nos parece óbvio que o trabalho no campo deveria estar acontecendo com ânimo e intensidade. Principalmente porque já se passaram três meses para o semear desta cultura, e a parcela reservada a estas regiões é grande.

As regiões oeste e norte do Paraná, que poderiam realizar o plantio até o final do mês, seriam responsáveis por 1 milhão e 100 mil hectares do total paranaense. Mas vejamos, Senhores. Se até agora em todo o Estado foram semeados pouco mais de 250 mil hectares, está claro que a meta do Governo não será atingida. A não ser que passemos a fazer exercícios de ilusionismo.

No ano passado o Brasil consumiu 6 milhões e 600 mil toneladas de trigo; 2 milhões produzidas no Brasil; 1 milhão e 150 mil no Paraná. Mas 4 milhões e 700 mil toneladas vieram do exterior a preço alto. No ano que corre, se as previsões realistas se concretizarem, comeremos pão com matéria-prima estrangeira de novo. Já se fala em misturas com soja, com milho, com outras farinhas. Também exercícios de ilusionismo, já que a indústria da panificação não sofre controles nem tem tecnologia desenvolvida para produzir tais pães em larga escala. E mais uma forma de justificar uma política agrícola desajustada à realidade, baseada em modelos autoritários, onde o latifúndio impera. Mais um subterfúgio para mascarar os erros e os interesses escusos em toda a política do trigo, o produto considerado de segurança nacional. Como justificar, de cara limpa, a distribuição das cotas de moagem pelos moinhos multinacionais de outros Estados? Como encarar, sem maquiagem, o produtor, lançado à uma real aventura quando se propõe, por não ter alternativa de cultivo no inverno, ao plantio do trigo?

Senhores:

Basta um dia no interior do Estado para sentir a insatisfação de todos os setores ligados a produção do trigo. Desde o semear até a moagem. Nos jornais assistimos a uma enxurrada de argumentos dos banqueiros que estiveram há alguns dias reunidos em Salvador. Dizem eles que em nada não são responsáveis pela crise. Retiram-se no momento em que ela se agrava, e exigem cada vez mais do produtor garantias que já não têm. No setor oficial, vemos aparições tragicômicas do Secretário da Agricultura na televisão a explicar razões para a frustração de uma safra inteira de trigo. Seus tecnocratas se contradizem, entre estimativas que variam de 900 mil toneladas a 600 mil. Os números já não passam de meros instrumentos para abstrações. Técnicos voltam do interior sem condições de dizer ao certo o que viram. Pasmados.

O que dizem os agricultores, Senhores Deputados?

A distribuição da produção do trigo entre os agricultores paranaenses é o retrato da estrutura agrícola do Paraná. Assim como cada dia menos proprietários se apossam de mais áreas (dados provados no último censo, e em estudos da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Paraná) o trigo também caiu nas mãos dos grandes. O retrato do erro do modelo agri-

cola aí está. Reflete-se na estrutura fundiária, e depois, de produção. É bom ouvir com atenção estes dados: apenas 8% dos produtores de trigo do Paraná são proprietários de 40% de toda a área destinada ao cultivo. Entre os 56 mil triticultores, 58% pequenos, distribui-se 22% da área total; aos médios sobram 38% da área total, e uma grande responsabilidade. Vamos por partes ao nosso raciocínio. E nos arriscaremos a dizer que até a estrutura fundiária do Paraná é responsável pela situação da triticultura, diante da política de incentivos e crédito rural. O Valor Básico de Custeio, tão aguardado pelos produtores, e motivo para que enviássemos um requerimento ao Governo Federal solicitando sua divulgação já em janeiro, decepcionou os triticultores paranaenses.

O preço mínimo, que na verdade é um preço de garantia que o Banco do Brasil paga independente das condições de mercado, está abaixo do custo de produção. A saca de 60 quilos, PH 78, custa ao Banco do Brasil, já embalada, Cr\$ 1.710,00. Faça chuva ou faça sol. Tenha o produtor uma grande frustração e grandes prejuízos, o CTRIN não altere sua decisão.

E qual é o custo da produção, Senhores? Um produtor que consegue retirar da terra 900 quilos por hectare gastará para produzir uma saca de 60 quilos, PH 78 nada menos que Cr\$ 1.773,00; os mais produtivos, que obtém de 901 a 1.300 quilos por hectare, gastam Cr\$ 1.729,00. Como se vê, Senhores, em ambas situações o produtor já está perdendo dinheiro. Mas qual é a argumentação do Governo, Senhores?

Um tecnocrata paranaense, quando consultado, respondeu "é que o Governo, ao dar o preço, computa tudo, até depreciação das máquinas, valor da terra etc.". Ora, Senhores, e em um regime de produção capitalista o que é que se leva em conta senão exatamente estes fatores? Como é que se calcula a mais valia? Como é que se monta a planilha para dar o preço final aos produtos a nível de consumidor?

Estes dados, entretanto, ilustram outro aspecto, na verdade ainda mais importantes. É o que justifica nossa tese, há pouco levantada. Já vimos que existe a disparidade entre custo de produção e preço pago. Agora, vamos entrar na seara financeira. O Governo divulgou há pouco o VBC do trigo. Vai custear 60% da cultura dos grandes; 80% do médios e 100% dos pequenos.

Embora mais numerosos, os pequenos, por quem vamos começar, são os mais temerosos em lançar à terra sementes que nem sempre brotam. Que exigem chuva, geada na hora certa, e muita sorte. Estes estão na mais reduzida área: 22% do total. E contribuem, portanto, com pouca produção. Na situação atual mesmo recebendo o PROAGRO, não existe alento. A cultura de alto risco não está nos planos deste pequeno, que se endivida cada vez mais. Sua situação, como temos verificado, não é animadora. Máquinas velhas, falta recurso para reposição, problemas acumulados em safras seguidas, risco de perda da terra a todo instante. Este o seu cenário de ação.

O grande produtor, aquele que receberá os 60% do que necessita para plantar, não está disposto a jogar na terra, sem ter certeza do lucro, 40% de investimento próprio. E realmente não o faz. Mas detém 40%, ou seja, quase a metade das terras destinadas ao trigo. Este é um capitalista, um empresário rural. Tem outras garantias, realiza investimentos, está inteira no mercado. Sabe que a produção mundial de trigo aumentará substancialmente este ano. E que não lhe cabe a tarefa de correr risco. E fica então, o médio produtor, aquele que se constitui a classe média rural, com a responsabilidade de produzir muito. Cerca de 38% da área para ser plantada. Este produtor, que como o pequeno, está na constante via do empobrecimento, se arrisca. E tem levado na cabeça, ano a ano. Safra a safra.

É este produtor principalmente que está tentando buscar espaço para participação nas decisões governamentais. E todos

ficaram, até há poucos dias, aguardando que o Governo revelasse as regras do jogo para plantar e plantar bem. A responsabilidade do Governo, em todo este quadro é evidente. Mas neste caso específico, gritante, um jornal de Curitiba, ao noticiar a vinda do Ministro da Agricultura à Capital paranaense, demonstrou com exatidão o distanciamento do Governo das áreas de produção. Declarou, pasmem senhores, que há dúvidas, que o Governo não conhece a verdadeira situação do produtor. Se pode ou não investir. Se está capitalizado ou não. Em que dados se basear, então?

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por esta miopia enxerga o Governo também a questão da moagem do trigo no Brasil. Há poucos dias um companheiro retomou na Câmara Federal a questão dos moinhos coloniais do Paraná. Rotomou a continuidade do passeio do trigo. E lembrou de um aspecto fundamental. O preço do trigo ao consumidor. Desde o início da retirada dos subsídios, em agosto do ano passado o trigo já subiu em 45%. O pão d'água que em junho custava sessenta centavos, saltou para 3 cruzeiros. Se a retirada deste subsídio, repassado ao consumidor a ponto de o consumo do pão cair em 25% neste ano, o passeio do trigo tem sua contribuição no aumento dos custos.

Temos solicitado amiúde o aumento das cotas de moagem para a indústria paranaense. Um levantamento recente, realizado pela SUNAB no Paraná, demonstrou haver uma ociosidade de 50% nos moinhos paranaenses. Da capacidade de moagem de 1 milhão 230 mil toneladas, são utilizadas 580 mil. Todos os 19 moinhos paranaenses, sem exceção, estão ociosos. E trigo paranaense, embora enfrente suas quebras anuais, continua sendo enviado para outros Estados, onde é feita a moagem.

Como se nota, senhores, a questão do trigo não se resolve apenas conclamando produtores a realizar grandes safras. A questão fundiária nos parece um pano de fundo. A política de incentivos, de crédito, distanciada dos reais problemas do produtor. Desconhece-se tudo. Os moinhos regionais padecem. As multinacionais se fortalecem e fazem até planos para o futuro. Ampliam suas instalações. Enquanto o subsídio cai, o povo passa fome, e come o pão que o Governo diabolicamente amassou.

Por isto encaminhamos à Casa um requerimento, em forma de telex, pedindo mais uma vez ao Ministro da Agricultura e do Planejamento, que venham a público de maneira oficial dizer se há interesse ou não que nós, paranaenses, continuemos a produzir trigo. Pois somente o Paraná, que tinha uma previsão de um milhão e trezentos e cinquenta mil hectares de plantação este ano, deverá ter uma queda talvez de novecentos mil hectares plantados, no máximo.

Precisamos desta definição, Sr. Presidente.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa consulta à Liderança do Partido Popular se deseja fazer uso do seu horário.

Com a palavra o nobre Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Num País como o nosso cheio de problemas de toda espécie, com crises no campo social, político e econômico, certas medidas que são tomadas a nível de Governo, são difíceis de serem entendidas ou explicadas.

Muito se tem discutido a respeito de inflação, do custo de vida, das suas causas e das suas terríveis consequências.

Que o custo dos serviços públicos, somado aos constantes aumentos da gasolina e demais derivados do petróleo responde pela maior parcela da inflação, parece ser assunto mais ou menos pacífico.

Mas o nosso Brasil hoje é muito mais problemático! Não ficamos apenas na inflação, no custo de vida, mas enfrentamos também o terror das bombas não explicadas, das mordomias galopantes e dos atos de corrupção que estão a exigir até mesmo uma Comissão Parlamentar de Inquérito na área federal.

Ao lado de tudo isso os novos preços, as remarcações constantes, o salário que já não resiste a mais nada, os novos aluguéis, os aumentos nas prestações da casa própria comprada por financiamento.

E agora chegou a hora do novo e incrível milagre brasileiro.

Ao lado do aumento no preço do leite, do aumento no preço do pão, dos aumentos nos preços de tudo quanto se come e se bebe, vem uma bombástica e sensacionalística propaganda da área federal para anunciar a primeira baixa de preço.

Baixou o preço das apostas na LOTO.

Caríssima propaganda pelas emissoras de televisão!

Envolvimento do povo... propaganda sofisticada para conduzir, o cidadão a continuar apostando, a continuar gastando e o que é pior: querem convencê-lo a gastar mais, arriscando em 6,7 ou mais dezenas.

Se quando a Loto surgiu já foi uma vergonha o Governo tê-la oficializado no meio de tanta fome, de tanta miséria, de tanto desemprego... que dizer-se agora, quando o Governo permite que a Loto possa sugar mais e mais do minguado salário do trabalhador brasileiro?

Hoje o cidadão comum, mesmo com dificuldades, arrisca seus 20,00 cruzeiros numa aposta mínima de 5 dezenas, desfalcando seus vencimentos mensais em 80 ou 100 cruzeiros.

A LOTO quer agora que o mesmo cidadão gaste mais, arriscando em 6, 7, 8 ou mais dezenas, porque baixou o preço.

Baixou o preço das apostas mais caras para apanhar os mais pobres.

Na verdade todos sabem que as apostas mais caras eram e continuarão a ser feitas pelos mais ricos.

Como consequência, todo o objetivo da atual campanha é tão somente o de tirar mais dinheiro de quem pouco ou quase nada tem.

É o País da fome, da miséria, do desemprego e do jogo.

É o País da Loteria Federal, da Loteria implantada nos Estados, da Loteria Esportiva, agora da Loto e para equilibrar com o Governo, do jogo do bicho que campeia livre e passivamente permitido neste Brasil inteiro.

O Brasil em verdade ressentido de maior seriedade de seus governantes, de maior respeito à família, de maior sentido de moralidade, pois o que temos assistido nos últimos tempos em nossa Pátria é que "tudo que faz parte da escola do Diabo", tem apoio oficial, ou é tolerado pela omissão.

Quero assim, registrar desta tribuna o meu veemente protesto contra aqueles que por ação ou omissão estão contribuindo direta ou indiretamente para tantas desgraças e tanta insegurança da família brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa consulta à Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro, se deseja fazer uso do seu horário. (Pausa) Declina.

Havendo declinado, em nome da Liderança do PDS, concedo a palavra ao Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que me traz, nesta tarde, á tribuna, é para tentar analisar uma situação que criou-se em nosso Estado, quicá em toda Nação Brasileira. E pedir um veemente apoio dos Srs. Deputados que aqui representam, cada um suas regiões, e seus li-

derados. Há dias atrás, reuniu-se no Norte do Paraná, a LAPA, Associação dos Laticinistas do Paraná, para fazerem um veemente apelo ao Governo Federal, através do Ministério da Agricultura e ao Governo do Estado, à pessoa do Sr. Governador Ney Braga, e do Sr. Secretário Reinhold Stephans, Secretário da Agricultura.

O que acontece com referência ao leite, é que os produtores, os industriais, e o consumidor em nosso Estado e em toda a Nação, criou-se uma situação difícil, a partir da portaria ministerial que aprovou o aumento do leite para 22 cruzeiros a nível de consumidor, leite envasado e colocado no mercado comum. Houve com isto uma diminuição no consumo que está gerando um problema e que poderá acarretar uma crise mais difícil na economia do laticínio do Paraná. Naquela reunião, ficou acertado — e o Deputado Gabriel Sampaio, desta tribuna, já analisou uma parte do sacrifício por que passam os produtores e o consumidor de leite, que no próximo sábado e domingo haverá uma paralização na compra do leite, o que poderá acarretar a falta do mesmo no consumo diretamente dirigido ao povo brasileiro, ou seja, ao consumidor. Porque com a diminuição do consumo, houve uma retração no mercado, e estão as indústrias lácteas no Paraná, com estoque acima do necessário. E acima do que cada indústria suporta, para conseguir atravessar esta fase, e conseqüentemente controlar o mercado depois da safra do leite, ou seja, quando o inverso que diminui a produção do leite no nosso Estado, conseqüentemente no País.

Hoje reunido estive com a Delegacia Regional do Ministério da Agricultura aqui no Paraná, acompanhado do Sr. Pedro Piazulunga, Presidente da LAPA e do Sr. Célio Ferraz, Presidente da Cambi, Laticínios do Paraná. E chegamos depois de um diálogo entre todas as partes, que deveremos partir reivindicando em favor de todas as classes, apoiando o consumidor, quando pedimos que não seja assinada uma portaria que está para sair no próximo dia 16 ou 17, deste mês, aumentando o preço do leite para 27 cruzeiros na porta da indústria, e depois de beneficiado, no mercado comum, a 29 cruzeiros.

Nisto, defendemos o consumidor, pedindo que se congele o preço, e que não se assine essa portaria, e que se faça um reestudo até o próximo mês de agosto ou setembro deste ano.

Solicitar, também, em benefício da industrialização do produto, o retorno ao crédito resumido, o que significa um crédito e um apoio através dos Governadores dos Estados, do incentivo através do ICM, porque é justa esta reivindicação.

Que se crie uma promissória especial para o leite, usando-se juros ao mesmo nível que se usa quando se financia empréstimo-estocagem às empresas que industrializam os produtos.

Que o Governo compre o estoque excedente, subsidiando, desta forma, o consumidor brasileiro, levando este produto para a LBA, que faz a distribuição, dando apoio às nutrízes, às gestantes, e às crianças de 0 a 6 anos, carentes do nosso País; que se possa com isso também, distribuir esse produto através do INAM, que o Governo normalmente compra para dar um apoio ao carente brasileiro.

E, se hoje estamos em condições, e quase à boca da falência de muitas indústrias de laticínios do Paraná, e defendemos em particular o nosso Estado, porque somos de uma região que também detém uma boa bacia leiteira, que é o Oeste do Paraná.

Que se possa também dar um apoio para se exportar o grande estoque excedente em nosso País, do queijo e da manteiga. Com isso nós estaremos dando um apoio a uma classe que trabalha a nível de produto de primeira necessidade.

E, se nós tanto lutamos, se o Governo procura criar benefícios através de um preço mais barato, isentando, em mui-

tas partes, do IPI, do ICM, os produtos de primeira necessidade, como seja o leite, o queijo, o feijão, o milho, o arroz, nós podemos especificar mais aprofundadamente um apoio às empresas de laticínios de nosso Estado, que também em sua reunião chegaram a uma conclusão, e amanhã estarão reunidas, a maioria dos Sindicatos e associações dos laticinistas do Brasil, com a CACEX e o Ministério da Agricultura, no Rio de Janeiro, onde vão, também, reivindicar para que o leite excedente que não seja jogado fora, porque aqui no Paraná, a exemplo de outros Estados, há empresas que poderão secar, como temos a Cambi aqui no norte do Paraná, em Londrina, que tem uma capacidade de secar 450 mil litros de leite diários, e apenas está secando 150 mil litros de leite.

Isto seria um apoio através do Governo.

E nós queremos, neste momento, antes de continuar, conceder um aparte ao Deputado Lázaro Dumont, que sofre este mesmo problema, porque representa o produtor paraense.

O Sr. Lázaro Dumont — Nobre Deputado, quero, primeiramente, congratular-me com Vossa Excelência e com o Deputado Gabriel Sampaio, por terem trazido, hoje, este assunto à Casa.

Hoje, o produtor do Brasil, está numa situação aflitiva, mesmo o leite sendo entregue, em alguns casos, até a 24 cruzeiros o litro, não está dando para pagar as despesas do produtor. Porque, não há o mínimo controle com os insumos usados para a produção do leite.

Os laboratórios de produtos veterinários colocam os preços que querem nos produtos. E, hoje, o produtor de leite gasta, com a vaca, com o bezerro, uma quantidade muito grande de produtos veterinários.

Outro aspecto, a torta de soja a quase mil cruzeiros o saco, a torta de trigo, de algodão, o farelo de trigo, que, além do produtor se submeter à SUNAB para obter uma quota, ainda tem que pagar 30 cruzeiros por saca de embalagem, o que vem encarecer ainda mais o produto. Isso sem levar em consideração o preço das próprias vacas que custam, para se tirar de 10 a 12 litros de leite, custam de 100 a 120 mil cruzeiros!

Isso tudo vem dificultar, e muito, a produção do leite.

Mas quero parabenizar Vossa Excelência pelos problemas que está trazendo que são, realmente, dos mais sérios, porque, o leite, sem dúvida, é um dos principais alimentos que se tem nesta terra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa lembra o nobre orador que tem apenas um minuto para concluir.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Agradeço o aparte do Deputado Lázaro Dumont, que veio, sem dúvida, abrihantar e trazer mais subsídios à nossa palavra, neste momento.

Devo dizer ao nobre Deputado e aos demais Srs. Deputados, que à medida que estamos apoiando aos laticinistas de nosso Estado, vem embasada em dar um apoio ao produtor, porque, sem ele não sobrevive a indústria, ao industrial do laticínio e ao próprio consumidor, mas não para levar nosso produto ao mercado externo. Mas, sim para subsidiar, para baratear o produto que continuaremos lançando no mercado comum para o consumidor brasileiro.

Este é o nosso pedido, a nossa reivindicação. Esperamos o apoio dos Parlamentares desta Casa, para que enviem mensagem ao Governo Federal, através do Ministério da Agricultura, para que possamos ter, em nosso Estado, a continuidade dessas indústrias, para que tenhamos o consumidor usando mais barato o produto de primeira necessidade e para que não assistamos falência de indústrias que geram empregos, que geram

divisas, que geram recursos para nosso Estado e para nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Nelson Friedrich, Líder do PMDB, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados que representarão a Bancada, na Comissão Parlamentar de Inquérito do Consumidor, proposta pelo Parlamentar Gabriel Sampaio. Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de “quorum”, através de chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere. Solicita do Sr. 1º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Responderam a chamada 40 Srs. Deputados. Há “quorum” para prosseguimento da sessão e conseqüente deliberação.

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 08/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à Ex-Proposição n.º 20/81, (Mens. Govern. n.º 21/81), que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os municípios aqui mencionados, objetivando a aplicação de recursos oriundos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano — CNDU, no Programa Metropolitano de Assistência às populações de baixa renda, nos municípios citados. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 09/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à Ex-Proposição n.º 21/81, (Mens. Govern. n.º 22/81), que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e o Município de Cerro Azul, objetivando a implantação de micro-sistema de água e instalações de saneamento básico, nas localidades de Caraguatá e Mato Preto, do referido município. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 10/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à Ex-Proposição n.º 23/81, (Mens. Govern. n.º 24/81), que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o Município de Cerro Azul, objetivando a compra e distribuição de uniformes e material escolar para alunos das primeiras quatro séries do ensino de 1.º grau no referido município. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 112/79, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que estabelece como órgão representativo dos jornalistas credenciados pela Assembléia Legislativa, o Comitê de Imprensa, e dá outras providências. Parecer FAVORÁVEL da C.E., por unanimidade. **Aprovado.**

nimidade. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 11/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à Ex-Proposição n.º 24/81, (Mens. Govern. n.º 25/81), que aprova o Termo de Convênio de Cooperação SEPL/174, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e o Município de Adrianópolis, objetivando o repasse de verbas para ampliação do micro-sistema de abastecimento de água na localidade de Sete Barras e para saneamento básico. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 12/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à Ex-Proposição n.º 25/81, (Mens. Govern. n.º 26/81), que aprova o Convênio de Cooperação SELP/155, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Estado do Planejamento e da Saúde e do Bem-Estar Social, com o Município de Adrianópolis, objetiva a construção e equipamento de Mini-Postos de Saúde nas localidades que especifica. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 13/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA à Ex-Proposição n.º 27/81, (Mens. Govern. n.º 28/81), que aprova o Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Apucarana, objetivando a execução de serviços de terraplenagem, pavimentação e obras complementares do aeroporto do referidomunicípio. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 49/79, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que cria o Município de São Jorge do Patrocínio, com os limites e confrontações do atual Distrito Administrativo de São Jorge, Município de Altônia. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 16/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 31/81), que exclui da incidência do imposto sobre operações relativas a circulação de mercadorias, as vendas de impressos produzidos pelos estabelecimentos da indústria gráfica sob encomenda direta do consumidor usuário final. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 30/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 34/81), que altera os dispositivos que especifica, da Lei n.º 7.297 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná). Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., com Emenda da C.R.H. por unanimidade. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 20/80, de autoria do Deputado DARCY DEITOS, que concede o Título de Cidadão Honorário ao Excelentíssimo Sr. Cardeal D. Paulo Evaristo Arns. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 20/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º -- Fica concedido o TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO ao Excelentíssimo Senhor CARDEAL D. PAULO EVARISTO ARNS.

Art. 2º -- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1.980.

(a) DARCY DEITOS.

JUSTIFICATIVA:

Dom Paulo Evaristo Arns nasceu em 14 de setembro de 1.921, na localidade de Forquilha, Município de Criciúma, Estado de Santa Catarina.

Fez seus estudos de Filosofia em Curitiba e Teologia em Petrópolis, no Instituto dos Franciscanos, formando-se em 1.947.

Sua ordenação Sacerdotal deu-se em 30.11.45. Foi enviado a Paris em 1947, onde cursou Letras na Universidade da Sorbone, onde também, doutorou-se em 1.952.

A tese que lhe valeu o mais alto grau "TRÊS HONORABLE" - versou sobre Técnica do Livro em São Gerônimo".

Durante sua estada em Paris, cursou também os "HAUTES ETUDES" e a "ECOLE SUPERIEURE DE PEDAGOGIE".

De regresso ao Brasil, foi professor no Seminário Menor de Agudos, no período de 1953 a 1955.

Fundou a Cadeira de Língua e Literatura Francesa na "Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Bauru.

Foi ainda Professor no Teologado Franciscano de Petrópolis e na Universidade Católica da mesma cidade.

Simultaneamente, exerceu seu ministério sacerdotal entre os pobres dos morros de Petrópolis, durante dez anos e meio, época em que cuidava de uma capela no bairro do Itamarati.

Em 1966, foi nomeado Bispo pelo Papa Paulo VI, para a função de Auxiliar do Cardeal-Arcebispo de São Paulo.

A Ordenação Episcopal deu-se em 03.07.66.

Durante 4 anos foi Vigário Episcopal da Região Norte da Arquidiocese de São Paulo, cargo que ocupava quando de sua nomeação para Arcebispo Metropolitana de São Paulo em outubro de 1970. Sua Posse deu-se em 1º.11.70.

No Consistório de março de 1973, S.S. o Papa Paulo VI nomeou-o Cardeal da Santa Igreja, tendo sua investidura ocorrido no dia 05.03.73, em Roma.

O Cardeal Arns é jornalista militante e autor de 29 livros originais e 5 traduções.

Suas obras versam sobre a ação pastoral da Igreja nas grandes cidades e estudos da literatura cristã dos primeiros séculos, sem contar as centenas de artigos escritos para as diversas revistas das quais foi redator, antes do episcopado.

É membro da Sagrada Congregação do Vaticano para os Sacramentos do culto Divino e do Secretariado para os Não-Crentes.

Em São Paulo é Chanceler da Pontifícia Universidade Católica.

Em 22 de maio de 1977 recebeu o Título de "Doutor Honoris Causa" em Lei, ao lado do Presidente Norte Americano Jimmy Carter, na Universidade de Notre Dame, Indiana, Estados Unidos.

Tal distinção, outorgada igualmente ao Cardeal Kim, da Coréia e Bispo de Lamont, da Rodésia, deveu-se ao empenho desses religiosos, em seus respectivos continentes, em favor dos direitos humanos.

Em 14 de março de 1978, recebeu o Título de "Cidadão Paulistano", conferido pela unanimidade dos Vereadores da Câmara Municipal em São Paulo.

Sua atuação pastoral na Igreja de São Paulo tem sido marcada por especial orientação em favor do povo da periferia,

do mundo do trabalho, da formação da comunidade de base nos bairros e da defesa e promoção dos direitos da pessoa humana.

É por essas razões que acima expusemos que solicitamos desta Casa a concessão do referido título.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 20/80

PARECER

Homenagear o Cardeal D. Paulo Evaristo Arns é o que pretende o ilustre Deputado DARCY DEITOS, ao submeter à apreciação da Casa o presente projeto de lei concedendo ao zeloso Pastor da Igreja Católica o título de cidadão honorário do Paraná.

Não é este o momento regimentalmente estabelecido para maiores considerações em torno do mérito da proposição, de vez que a esta Comissão cumpre a análise sob o aspecto constitucional e legal.

E como na Carta não há qualquer impedimento à iniciativa deste gênero, nem lei que disponha de modo contrário, impõe-se concluir no sentido de que o projeto merece prosseguir seu itinerário procedimental.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 23 de maio de 1.981.

(a) AIRTON CORDEIRO, Presidente,

BASÍLIO ZANUSSO, Relator.

1a. DISCUSSÃO -- do Projeto de Lei Complementar nº 25/81, de autoria do Deputado LINEU MANSANI TURRA, que altera a Lei Complementar nº 2, de 18 de junho de 1975. (Lei Orgânica dos Municípios). Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., com EMENDAS, por unanimidade. -- EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 25/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º -- Os incisos I e III, do artigo 52 da Lei Complementar nº 2, de 18 de junho de 1.975, passam a ter a seguinte redação:

I - por motivo de doença;

III - para tratar de interesses particulares, por prazo determinado, não podendo reassumir o exercício do mandato antes do término da licença.

Art. 2º -- O Artigo 53 passa a ter a seguinte redação:

Nos casos de vaga, licença ou investidura em qualquer dos casos mencionados no artigo 57, dar-se-á a convocação do suplente.

Art. 3º -- O Artigo 57 passa a ter a seguinte redação e acrescido de um parágrafo:

Não perde o mandato o vereador que se licenciar para exercer cargo em comissão dos Governos Federal e Estadual, ou de maior nível hierárquico nos órgãos da Prefeitura ou quando licenciado por período igual ou superior a cento e vinte dias, por motivo de doença, ou para tratar de interesses particulares.

Parágrafo único - Convocar-se-á o suplente nos casos de vaga, de licença ou de investidura em funções prevista neste artigo. Não havendo suplente e tratando-se de vaga, far-se-á a eleição para preenchê-la se faltarem mais de quinze meses para o término do mandato.

Art. 4º -- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de abril de 1.981.

(a) LINEU TURRA

JUSTIFICATIVA:

A emenda que ora apresentamos visa fazer a adaptação ao texto da Lei Complementar nº 2, à Emenda Constitucional nº 13, de 10 de outubro de 1979.

A convocação do suplente do vereador, em qualquer caso, sempre se faz necessária para observância do "quorum" legal, por força do que dispõe a Lei Complementar nº 2, no seu artigo 28 e respectivo parágrafo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 25/81

PARECER

O nobre Deputado LINEU TURRA propõe a adaptação de dispositivo da Lei Complementar nº 2, de 18 de junho de 1973 (Lei Orgânica dos Municípios), ao disposto pela Emenda nº 13, de 10 de outubro de 1979 à Constituição Federal.

Consiste, em uma palavra, a iniciativa do ilustre Colega, na disciplinação do regime jurídico do suplente de Vereador, na linha da regra superior citada, que modificou a matéria referente à suplência para abrandar seu tratamento a nível de Congresso.

Dessa forma, ao atribuir nova redação aos incisos I e III, do Art. 52 da Lei Orgânica dos Municípios, bem como aos artigos 53 e 57, o presente projeto estatui, de uma vez por todas, o direito à licença para tratar de interesses particulares e para tratamento de saúde, bem como o de assumir determinados cargos, e sua decorrência lógica que é a convocação do suplente.

A competência para instaurar o processo legislativo, nessa matéria, pertence aos membros desta Casa, segundo preceitua a Carta Estadual no inciso I, do Art. 21, combinado com o Art. 112.

Com as emendas de complementação, que sugerimos, o projeto em pauta está em ordem constitucional e legal para seguir o procedimento cabível.

Pela aprovação, é o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de abril de 1.981.

(aa) AIRTON CORDEIRO, Presidente;
GABRIEL SAMPAIO, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA Nº 01

AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 25/81

Modifique-se:

No Art. 1º, do Projeto, onde se lê:
"1975"

Leia-se: "1973".

Sala das Comissões, em 28 de abril de 1.981.

(aa) AIRTON CORDEIRO, Presidente;
GABRIEL SAMPAIO, Relator.

JUSTIFICATIVA:

Por lapso, a data da lei foi trocada.
Trata-se de mera correção.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA Nº 02

AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 25/81

Substitua-se:

No Art. 3º, do Projeto, onde se lê:
"de maior nível hierárquico nos órgãos da Prefeitura",
leia-se:

"cargo de Secretário Municipal".

Sala das Comissões, em 28 de abril de 1.981.

(aa) AIRTON CORDEIRO, Presidente;
GABRIEL SAMPAIO, Relator.

JUSTIFICATIVA:

O § 5º, do Art. 104 da Constituição Federal proíbe ao

Vereador o exercício de cargo em comissão, ou aceitar emprego ou função, salvo concurso público.

Por outro lado, o § 6º, da mesma Carta, introduzido pela Emenda nº 10, de 14 de novembro de 1.977, excetua dessa vedação o cargo de Secretário Municipal, desde que o Vereador se licencie.

A presente modificação visa atender a regra superior

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA Nº 03

AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 25/81

Substitua-se:

I - Onde se lê: "O Art. 53 passa a ter a seguinte redação:"

Leia-se:

"O Art. 53, da Lei Complementar nº 2, de 18 de junho de 1.973, mantidos os parágrafos 2º e 3º, passa a ter a seguinte redação:"

II - Renumerem-se os §§ 2º e 3º, do Art. 53 para §§ 1º e 2º.

Sala das Comissões, em 28 de abril de 1.981.

(aa) AIRTON CORDEIRO, Presidente,
GABRIEL SAMPAIO, Relator.

JUSTIFICATIVA:

Como está redigido o artigo, pode-se entender como revogados os parágrafos.

O § 2º, no entanto, deve ser excluído porque não há mais mandato gratuito.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem JÚLIO JORGE DOS SANTOS FILHO, ocorrido na Cidade de Campo Mourão.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando voto de regozijo ao Comendador GIANFRANCO BERTONI, pelo recebimento da comenda, no grau de Oficial, do Mérito da República Italiana.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando que o Pequeno Expediente da sessão do dia 03 do corrente, seja destinado exclusivamente à palestra do Senhor Doutor FRANCISCO DA CUNHA PEREIRA FILHO, que discorrerá sobre assunto de interesse do Paraná.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei Complementar nº 154/80.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em pedido de informações sobre a intensa publicidade do Estado em veículos de comunicação da rede privada.— **Rejeitado.**

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) — Sr. Presidente requere verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É FEITA A VERIFICAÇÃO).

13 Srs. Deputados o aprovam;

23 Srs. Deputados o rejeitam.

Rejeitado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de desagravo ao árbitro paranaense Bráulio Zanoto, que vem sendo injustiçado pelos dirigentes do futebol carioca.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo providências imediatas visando a instalação de um PS no Distrito de Piquirivaí, Município de Campo Mourão.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 155º aniversário da Cidade de Jaguariaíva.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Romero Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando à Secretaria dos Transportes, por intermédio do Departamento Aeroportuário, proceda urgente instalação de um telefone no Aeroporto de Umuarama, neste Estado.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário do Estado dos Transportes, encarecendo a reativação do trem de passageiros que atende o percurso Curitiba-Ourinhos, no Estado de São Paulo.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante de expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Segurança Pública, encarecendo a melhoria de vencimentos para Policiais Militares.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, sugerindo a imediata indenização dos proprietários que terão suas terras cortadas com a construção da PR-495.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de TELEX ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a sustação do desconto a ser efetuado na folha de pagamento dos professores inativos, relativos à importância paga a mais no mês de abril, e que o referido desconto seja compensado em aumentos futuros.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário da Saúde e Bem Estar-Social e Secretário do Planejamento, encarecendo a construção de prédio para Unidade Sanitária, na sede do Município de Corbélia.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado à SANEPAR, encarecendo imediata instalação de rede de água e esgoto nos bairros denominados Vila Paraguaia, Jardim Santa Maria, Vila CR1 e Vila Pérola, pois nesses bairros residem cerca de 200 famílias, muitas das quais, mais de 25 anos.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Presidente da República, Ministro do Interior, ao Conselho de Segurança Nacional e ao Conselho de Desenvolvimento Social, encarecendo que seja autorizado à União, transferir as áreas onde se localizam os bairros Vila Paraguaia, Jardim Santa Maria, Vila CR1 e Vila Pérola de

Foz do Iguaçu, à Prefeitura Municipal, ao ITC ou qualquer outro órgão público que possa expedir títulos dominiais definitivos a cada morador dos referidos bairros.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Secretário da Indústria e Comércio, pela realização e êxito da II FEIRA DA INDÚSTRIA PARANAENSE — Paraná hoje.— **Aprovado.**

O SR. DARCY DEITOS (pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É feita a verificação de votação).

9 Srs. Deputados o aprovam;

1 Sr. Deputado o rejeita.

Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado do Interior, encarecendo a perfuração de poço semi-artesiano para o Distrito de Entre Rios, no Município de Marechal Cândido Rondon.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante de expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo seja providenciada a pavimentação asfáltica do trecho: Marechal Cândido Rondon aos Distritos de Iguituporã - Porto Mendes. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Florivaldo Palácios, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Ministro da Educação e Cultura, encarecendo a criação da Associação de Garantia ao Atleta Profissional do Paraná.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente à Secretaria de Estado dos Transportes, encarecendo seja providenciada a pavimentação asfáltica do trecho Marechal Cândido Rondon para os Distritos de Margarida-São Roque.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando sejam encaminhadas cópias de várias Emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 177/77, aos Srs. Secretário da Justiça, Secretário dos Recursos Humanos e Procurador Geral do Estado, a fim de servirem de subsídio às alterações da Lei nº 7.074/79 (Lei dos Procuradores) já anunciadas pela imprensa local.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando informações ao Secretário dos Transportes, sobre a ligação asfáltica do trecho Telêmaco Borba a Tibagi.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Secretário da Administração, encarecendo a construção do muro que delimita o terreno destinado ao lazer e à prática de educação física dos estudantes do Grupo Escolar “Leopoldo Mercer”, no Município de Telêmaco Borba.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Ministro do Interior, encarecendo revisão no

reajustamento das prestações da casa própria e sustação de qualquer despejo de mutuário.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício ao Sr. Secretário da Segurança Pública e ao Sr. Diretor da Polícia Civil, encarecendo dos mesmos urgentes providências para que sejam apurados os furtos que vêm ocorrendo em Campo Largo.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo auxílio financeiro, para construção de terminal rodoviário em Jesuítas.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Adalberto Massa, titular da Delegacia Regional do Trabalho, em nosso Estado, encarecendo a intervenção dessa Delegacia junto à Empresa Balança Açores, pertencente à Raupp e Cia Ltda., visando a proteção dos operários dessa empresa que foram sumariamente despedidos, dia 16 último.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Ministro da Justiça, encarecendo imediatas providências, no sentido de dotar os municípios criados e não instalados, de agentes administradores provisórios, capazes de estruturá-los, estabelecerem a competente organização dos seus serviços e encaminhar seus interesses.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Romero Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando à Secretaria da Educação, providências urgente contra irregularidades que vêm ocorrendo no Ginásio situado no Distrito de Lovat, Município de Umuarama, porquanto alunos percorrem distâncias de 15 quilômetros, verificando a ausência de professores no estabelecimento, as aulas não são dadas, sendo que os mestres não comparecem nem mesmo em datas fixadas para exames, o que evidencia grandes prejuízos aos estudantes.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, sugerindo a liberação de verba especial para aquisição de área de terras que servirá de "área reserva" e opção de compra aos expropriados de Itaipu.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Cotrim, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo urgência na instalação de Posto telefônico na localidade de Piquirivai, Município de Campo Mourão.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Instituto de Terras e Cartografia, encarecendo que as áreas remanescentes do Distrito de São Pedro, Município de Toledo, sejam vendidas à pequenos agricultores, posseiros ou arrendatários da própria área ou aos desapropriados de ITAI-PU.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 2 de junho, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 112/79, 11/81, 12/81 e 13/81; dos Projetos de Lei nº 49/79, 20/80, 16/81 e 30/81 e do Projeto de Lei Complementar nº 25/81.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 28/81.

Levanta-se a sessão.

ATOS DA COMISSÃO EXECUTIVA:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 217/81

conceder a JUSTINA GIGLIO VIANNA, viúva do ex-Deputado Estadual JOÃO XAVIER VIANNA, falecido no dia 05 de abril de 1.981, pensão mensal no valor de três (03) salários mínimos fixados para a Capital do Estado, nos termos das Leis nºs 4.763 e 54, de 05 e 22 de novembro de 1.963, com nova redação dada pelas Leis nºs 6.468, de 18 de outubro de 1973 e 6.911, de 02 de setembro de 1.977, a partir da data do óbito.

(Protoc. nº 2592).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 218/81

I — revogar o Decreto Legislativo nº 564/75, na parte que se refere à funcionária AYNED MARIA REINERT TIZZOT, matrícula nº 236, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, que designou a mesma para exercer as funções de Chefe da Seção de Controle Bancário, do Departamento de Finanças; e,

II — designar a funcionária acima mencionada, para exercer as funções de chefe da Divisão de Aplicações, do Departamento de Finanças, percebendo as vantagens inerentes, a partir de 06 de abril de 1.981;

III — designar CARLOS DOUGLAS BUKOWSKI, matrícula nº 386, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe da Divisão de Registros, do Departamento de Finanças, percebendo as vantagens inerentes, a partir de 06 de abril de 1.981;

IV — designar DIRCEU GONÇALVES CORDEIRO, matrícula nº 353, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe da Divisão de Controle Financeiro de Pessoal, do Departamento de Finanças, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, enquanto perdurar o

afastamento do titular, a partir de 27 de fevereiro de 1.981. (Protoc. nº 3218).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 219/81

designar JOANA DE LIMA, matrícula nº 558, ocupante do cargo de Oficial Legislativo D, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe da Sessão de Pessoal Disponível, do Departamento de Pessoal, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

(Protoc. nº 3254).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 220/81

autorizar LUIZ BROTTTO NETO, matrícula nº 397, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de

novembro de 1.970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, junto ao Serviço de Assistência Social, a partir de 1º de março de 1.981.

(Protoc. nº 3370).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 221/81

revogar o Decreto Legislativo nº 406/80, de 26 de dezembro de 1.981, que autorizou JOSÉ NATÁLIO DE CASTRO E SILVA, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos e a Função Gratificada, símbolo 5-F, de Motorista do Gabinete da 2ª Secretaria.

(Protoc. nº 3607).

Palácio "XIX de Dezembro", em 1º de junho de 1981

JOÃO MANSUR — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — 1º Secretário

NILSO ROMEU SGUAREZI — 2º Secretário